**DOCUMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**



**BRASIL**

**Prevenção da Violência Juvenil no Estado dO**

**Rio Grande do Sul: GERANDO OPORTUNIDADES E PROTEGENDO DIREITOS DOS JOVENS**

**BR-L1343**

**RELATÓRIO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – RGAS**

- VERSÃO PRELIMINAR -

**Agosto de 2012**

|  |
| --- |
| Equipe de Projeto: Dino Caprirolo, Jefe de Equipo; Javier Urra (ICS/CBR); Gustavo Beliz (ICS/CUR); Andrés Consuegra (LEG/SGO); Marcelo Pérez A. (EDU/CBR); César Leyva (ORP/CBR); Luana M. García (SCL/GDI); Fernando Glasman (FMP/CBR); Marilia Santos (FMP/CBR); Guillermo Sedlacek (SPD/SDV); y Joan Serra Hoffman y Luz M. Ladrón de Guevara (IFD/ICS); e Luiz Fernando Galli (Consultor em Meio Ambiente). |

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
|  | Página |
| I. INTRODUÇÃO ................................................................................................................ | 1 |
| II. ANTECEDENTES ........................................................................................................... | 1 |
| III. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA ...................................................................................... | 2 |
| III.1. Objetivos ................................................................................................................... | 2 |
| III.2. Componentes do Programa ......................................................................................... | 2 |
| III.3. Caracterização das Obras do Programa ....................................................................... | 4 |
| IV. ASPECTOS LEGAIS ...................................................................................................... | 5 |
| V. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS ........................................................................... | 8 |
| V.1. Classificação da Operação e Atendimento da OP-703 ................................................ | 8 |
| V.2. Política de Risco e Desastres Naturais – OP-404 ........................................................ | 8 |
| V.3. Política de Igualdade de Gêneros – OP-270 ................................................................ | 9 |
| V.4. Riscos de Impactos e Medidas de Controle ................................................................. | 10 |
| ANEXO I  ANEXO II  ANEXO III  ANEXO IV |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

1. **INTRODUÇÃO**

|  |  |
| --- | --- |
| País: | Brasil |
| Setor: | Educação |
| Nome do Projeto: | Programa de Prevenção da Violência no Estado do Rio Grande do Sul: Gerando Oportunidades e Protegendo Direitos dos Jovens |
| Mutuário: | Estado do Rio Grande do Sul |
| Executor: | Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (SJDH) |
| Custo Total do Projeto: | US$ 56,0 milhões |
| BID: | US$ 50,0 milhões |
| Local: | US$ 6,0 milhões |
| Categoria Ambiental: | B |

1. **ANTECEDENTES**
   1. O Brasil é o nono país com maior índice de criminalidade e violência entre os países da América Latina e Caribe, com uma taxa de 26,2 homicídios por cem mil habitantes (hpcmh). Historicamente o Estado do Rio Grande do Sul, com 10,5 milhões de habitantes, tem mantido uma taxa mais baixa de homicídios que a média brasileira, embora apresente um preocupante aumento de 18,4% na última década, passando de 16,3 para 19,3 hpcmh. No Estado, as principais vítimas de crimes violentos se concentram entre os adolescentes e jovens na idade de 15 a 24 anos, sendo que neste grupo a taxa de hpcmh aumentou em 21,2% entre 2000 e 2010, passando de 29,2 para 35,4 hpcmh. Esses adolescentes e jovens não apenas se caracterizam como o segmento da população mais vitimada pela violência, mas também como o principal grupo praticante de crimes. Em 2012 foram registrados 2.922 infrações cometidas por jovens de até 18 anos de idade e o Estado do Rio Grande do Sul se converteu no estado com a sexta maior taxa de adolescentes em conflito com a lei e o terceiro com o maior número de presidiários no sistema penitenciário, sendo que 56% destes tem menos de 30 anos.
   2. O mapa de homicídios, tanto no Brasil e como no Rio Grande do Sul, guarda intima relação com o mapa das exclusões social, econômica e cultural, reforçando a relação perversa entre violência, pobreza e desigualdade. Neste Estado, segundo o Ministério da Justiça, as cidades de Alvorada, Porto Alegre e Viamão, são as que apresentam maiores índices de vulnerabilidade juvenil, ocupando respectivamente as posições 78, 120 e 150 do ranking nacional. Nestas três cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre (Figura No 1), em 2010, segundo dados do Ministério da Saúde, as taxas de morte por agressão foram 237, 150 e 154 hpmh respectivamente. Situação que se torna ainda mais preocupante quando se considera que a taxa média de jovens vitimados é 6,5 vezes maior do que a de não jovens.

|  |  |
| --- | --- |
| Macintosh HD:FERNANDO:BID:BH/CURITIBA/POA:POA:LFG:POA.tif | **Figura No 1**: Região Metropolitana de Porto Alegre. No destaque os municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão |

1. **DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

**III.1. Objetivos**

* 1. O objetivo geral do **Programa de Prevenção da Violência no Estado do Rio Grande do Sul: Gerando Oportunidades e Protegendo Direitos dos Jovens** é contribuir para a redução dos índices de crimes violentos envolvendo adolescentes e jovens da faixa etária de 15 a 24 anos, nas cidades de Porto Alegre, Viamão e Alvorada, mediante uma abordagem integral dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções. Por sua vez, os objetivos específicos do Programa são: i) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime dirigido ao grupo etário de maior risco; ii) melhorar a inserção dos adolescentes e jovens em situação de risco ao sistema educativo e ao mercado laboral; iii) aumentar a eficácia da Polícia Civil e da Brigada Militar no âmbito local; iv) reduzir a incidência delitiva de jovens em condições de alta vulnerabilidade; e v) reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei.

**III.2. Componentes do Programa**

* 1. Para o cumprimento dos objetivos do Programa foram previstos os seguintes componentes:
* **Componente 1 - Prevenção social e situacional da violência.** Visa reduzir os fatores de risco associados à violência e à criminalidade, bem como os índices de homicídio juvenil, por meio da ampliação na oferta de serviços sociais e maior ligação e atendimento aos adolescentes e jovens da faixa etária de 15 a 24 anos em situação de maior vulnerabilidade (incluindo os jovens reclusos da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE[[1]](#footnote-1), que estejam retornando ao território de origem), as família e a comunidade, através das seguintes ações: i) construção, implantação e equipamento de 6 Centros do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Juventude – para ampliar a oferta de serviços socioeducativos, capacitação profissional, promoção de valores e uma cultura de paz para o desenvolvimento dos adolescentes e jovens – e reforma, contemplando acessibilidade e equipamentos, na sede da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPASs[[2]](#footnote-2) no Rio Grande do Sul (FADERS); ii) criação de 10 fóruns (instancias) para coordenar a gestão das redes de assistência social nos Territórios da Paz contemplados pelo Progrma; iii) implementação de ações voltadas ao sistema de ensino: programas de voluntariado ampliando oportunidades para os adolescentes e escolas e ações para promover a conclusão do ciclo escolar; e iv) reformas e construção de espaços públicos e instalação de equipamento para esportes e lazer, incluindo aqueles que facilitem a mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiências físicas em áreas públicas.
* **Componente 2 - Eficácia policial.** Visa melhorar a capacidade da polícia para implementar ações eficazes de prevenção e controle da criminalidade e oferecer espaços comunitários mais seguros, a através de: i) Instalação de 6 Bases Comunitárias, integradas com a Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal e Conselhos Comunitários; ii) formação e sensibilização policial para gerir, prevenir e interagir com a comunidade, principalmente os jovens, de forma a permitir a implementação de policias comunitárias nos Territórios de Paz objetos do Programa; iii) modernização das tecnologias de informação para análise do crime e da violência, integrada ao policiamento comunitário, e iv) atividades para aproximar a polícia com a comunidade e fortalecer os laços de confiança.
* **Componente 3 - Modernização do processo de ressocialização.** Visa melhorar o atendimento de menores infratores por meio de: i) construção e equipamento de 3 novos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASEs), nos municípios de Santa Cruz do Sul, Osório e em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, ainda não definido; ii) adequação física do Instituto Padre Cacique de Porto Alegre[[3]](#footnote-3), transformando-o em um Centro de Profissionalização; e iii) melhoramento dos serviços para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na FASE, incluindo: a) desenho e implementação de um programa de formação contínua para os servidores; b) fortalecimento do vínculo com as famílias e as comunidades de origem; c) monitoramento do progresso individual dos adolescentes (educacional, psicossocial e saúde); d) implantação de sistemas de videomonitoriamiento nas Unidades da FASE; e e) modernização dos sistemas de gestão, avaliação e gestão das despesas.
* **Componente 4 - Fortalecimento institucional.** Visa reforçar a capacidade de liderança da Agência Executora (SJDH) e criar um mecanismo de coordenação eficaz entre as entidades estaduais (Polícia Militar, Polícia Civil, a Secretaria de Segurança Pública e SJDH), a Guarda Municipal, os programas de assistência social e de segurança do Governo Federal e as organizações da sociedade civil (OSC), que atuam nos Territórios de Paz objeto do Programa, por meio das seguintes ações: i) desenho e implementação de um plano estratégico e de planos operacionais anuais integrados, para a prevenção e controle da criminalidade violenta nos Territórios de Paz; ii) desenho e implementação de um sistema de gestão de processos e monitoramento das atividades e produtos do Programa; iii) desenvolvimento de um serviço de monitoramento para proteger os direitos dos jovens; e iv) desenvolvimento de um mecanismo de articulação, coordenação, informação e consulta entre a SJDH e prefeituras (Alvorada, Porto Alegre e Viamão), as OSC e os beneficiários do Programa.

**III.3. Caracterização das Obra do Programa**

* 1. Todas as obras do Programa serão implantadas em terrenos públicos, estaduais ou municipais, desocupados, localizados em áreas urbanas e, portanto, sem necessidade de desapropriações ou reassentamentos.

a) *Centros do POD Juventude*

* 1. O Programa prevê a construção de seis Centros do Programa de Oportunidades e Direito (POD Juventude), sendo quatro em Porto Alegre (nos territórios da Paz contemplados pelo Programa: Lomba do Pinheiro, Cruzeiro, Restinga e Rubem Berta), um no município de Alvorada e um no município de Viamão. Os Centros são espaços que possibilitam aos adolescentes e jovens, entre 14 e 24 anos, especialmente os que se encontram em situação mais vulnerável, o acesso à formação cidadã, a atividades de esporte, cultura e lazer e profissionalizante, bem como o ingresso ao trabalho por meio da Lei da Aprendizagem. Contemplam oficinas de lazer, esporte, cultura, formação cidadã e cursos profissionalizantes aos jovens das comunidades.
  2. Os projetos os Centros do POD são os mesmos da Praça da Cultura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[[4]](#footnote-4), modelo 700m2. São edificações multiuso com cinco pavimentos (ANEXO I) contendo: praça coberta; pista de skate; equipamentos de ginástica; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); salas de aula; salas de oficina; telecentro; sala de reunião, biblioteca; cineteatro/auditório com 48 lugares e terraço. As áreas da edificação são apresentadas na Tabela No 1.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PAVIMENTOS** | **ÁREA (m2)** | **Tabela No 1:** Áreas dos Centros POD Juventude |
| Térreo | 317,80 |
| Segundo Pavimento | 316,40 |
| Terceiro Pavimento | 316,40 |
| Quarto Pavimento | 316,40 |
| Quinto Pavimento | 105,37 |
|  |  |
| Área Total Construída | 1.372,37 |
| Área de Permeabilidade | 163,60 |
| Área de Terreno | 700,00 |

b) *FADERS*

* 1. A reforma da sede da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPASs no Rio Grande do Sul (FADERS) contempla apenas adaptações para acessibilidade e equipamentos complementares para atividades culturais e de esporte e lazer.

c) *Bases Comunitárias*

* 1. As seis Bases Comunitárias da Polícia Militar contempladas pelo Programa, destinadas à implementação da política de segurança baseada no diálogo entre ações sociais e policiais, fundamental para a redução dos índices de violência e criminalidade e da vulnerabilidade das pessoas, serão instaladas nos Territórios de Paz localizados em Lomba do Pinheiro, Cruzeiro, Restinga e Rubem Berta, no município de Porto Alegre, e nos municípios de Alvorada e Viamão. São construções de 120m2 em um ou dois pavimentos, conforme maquete eletrônica e planta apresentadas no ANEXO II.

d) *Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE)*

* 1. O CASE tem como objetivo atender adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medidas socioeducativa de internação, assegurando-lhes os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à profissionalização, ao esporte e lazer, à cultura e ao respeito, por meio de uma instituição capaz de proporcionar condições efetivas de diálogo e reflexão sobre as dificuldades e potencialidades de cada adolescente e que contribua para o seu retorno ao convívio social.
  2. O Programa prevê a construção e equipamento de três novos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASEs), nos municípios de Santa Cruz do Sul, Osório e em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, ainda não definido.
  3. As edificações do CASE são modulares e tanto a disposição como o número da edificações variam de acordo com a necessidade local e a disponibilidade de área. No ANEXO III é apresentada, como exemplo, uma planta do projeto CASE Porto Alegre – RS. Na Tabela No 2 são apresentadas as éreas das edificações do CASE de Osório – RS.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EDIFICAÇÃO** | **ÁREA (m2)** | **Tabela No 2:** Áreas do CASE de Osório – RS. |
| Teatro de Arena | 417,99 |
| Prédio Escola | 533,97 |
| Ginásio | 892,11 |
| Prédio Administrativo | 246,96 |
| Prédio de Segurança | 645,84 |
| Prédio Unidade I Fase Inicial | 663,18 |
| Prédio Unidade II Fase Intermediária | 663,18 |
| Prédio Unidade III Fase Conclusiva | 663,18 |
|  |  |
| Área Total da Unidade\* | 24.289,21 |  |

\* Inclui estacionamentos, jardins, campo de futebol e circulação entre edificações.

e) *Instituto Padre Cacique de Porto Alegre*

* 1. A adequação física do Instituto Padre Cacique de Porto Alegre prevista no Programa inclui reformas internas e externas, visando a restauração da fachada e a demolição de paredes internas, transformando as unidades de internação em oficinas profissionalizantes.

1. **ASPECTOS LEGAIS**
   1. No que se refere às questões legais e sociais, as obras do Programa devem atender a legislação ambiental nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, além das políticas socioambientais do BID.
   2. No Brasil, a proteção ambiental é uma obrigação constitucional. O artigo No 225 da Constituição Federal de 1988 assegura o direito de todos os cidadãos a um ambiente ecologicamente equilibrado, fixa a responsabilidade do Poder Público e da coletividade de assegurar esse direito e lista os instrumentos a serem utilizados para garanti-lo. Para grandes projetos, a obrigatoriedade da elaboração do EIA encontra-se no parágrafo 1o, inciso IV: “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.
   3. Antes, porém, a Lei Federal No 6.938 de 31/08/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, já criava a estrutura legal e institucional para a sua implementação, definindo as responsabilidades das diversas instituições encarregadas de sua aplicação. Estabelece, no Artigo 4o, inciso I, que se visará à compatibilidade do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
   4. A Política Nacional do Meio Ambiente é coordenada, a nível federal, pelo Ministério do Meio Ambiente. À sua subordinação está o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, de caráter consultivo e deliberativo, que é responsável pela fixação das normas e padrões ambientais. Além de fixar os padrões ambientais e os limites de emissão de poluentes, estabelece os requisitos gerais para o licenciamento ambiental. Os órgãos de controle ambiental estaduais, e alguns municipais, são os encarregados da efetiva aplicação destas normas, podendo, para isto, estabelecer normas específicas para o licenciamento ambiental, bem como fixar padrões ambientais mais restritos em suas áreas de jurisdição.
   5. Portanto, no Brasil o sistema de licenciamento ambiental se aplica a todas as atividades econômicas com potenciais consequências ambientais. O sistema se define como o processo de acompanhamento sistemático destas consequências e se desenvolve desde as etapas iniciais do planejamento da atividade até o final de sua realização, por meio da emissão de três licenças ambientais[[5]](#footnote-5).
   6. A competência para o licenciamento ambiental é dos órgãos estaduais de meio ambiente, que também podem estabelecer normas específicas de licenciamento. O órgão estadual pode, ainda, delegar o licenciamento de atividades com impactos locais, localizados e de menor importância aos órgãos municipais, por meio de convênio ou outro instrumento legal específico, desde que exista no munícipio uma estrutura administrativa adequada, com profissionais competentes, que atue dentro do marco legal ambiental municipal e, também, conte com um Conselho Municipal de Meio Ambiente.
   7. Para o Programa de Prevenção da Violência no Estado do Rio Grande do Sul: Gerando Oportunidades e Protegendo Direitos dos Jovens – BR-L1343, em decorrência do tamanho reduzido das obras, caracterizadas como edificações em áreas urbanas e em terrenos desocupados e desprovidos de vegetação, de propriedade do estado ou município, com impactos reduzidos e limitados basicamente à fase de construção, não existem requisitos específicos de licenciamento ambiental, a não ser eventuais autorizações para a supressão de vegetação e disposição de resíduos, que poderão ocorrer a nível municipal (quando os municípios estão habilitados para exercer essas funções) ou a nível estadual, pela Fundação estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM). Não deverá haver, portanto, a necessidade de elaboração de estudos ambientais específicos e complexos, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Relatório de Avaliação Ambiental (RAA), nem por exigência da legislação ambiental[[6]](#footnote-6), nem em atendimento à Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID – OP-703.
   8. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM), especificamente, exige, para autorizar o início das obras, a apresentação do projeto com memorial descritivo, o documento de propriedade do terreno e, no caso da presença de vegetação arbórea, o levantamento de todas árvores passíveis de supressão. Neste caso, é outorgada a Licença de Supressão de Vegetação com programa de compensação ambiental específico.
   9. Além da SMAM, a Secretaria Municipal de Obras e Viação de Porto Alegre (SMOV), bem como as secretarias de obras dos demais municípios contemplados pelo Programa, (Santa Cruz do Sul, Osório, Alvorada e Viamão) promoverão o licenciamento das obras em atendimento aos planos diretores e códigos de obras municipais. Nestes casos, os critérios de elegibilidade apresentados no final deste Relatório, além de atender à OP-703 fornecem os elementos para os eventuais estudos ambientais e licenciamento das obras, além de contribuir com a gestão ambiental dessas obras.
   10. As obras do Programa deverão, ainda, atender a seguinte legislação específica:

* Lei N 1o 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase);
* Lei Estadual No 13.533/2010, que institui normas e procedimentos para a reciclagem, o gerenciamento e a destinação final de lixo tecnológico e dá outras providências;
* Lei Estadual No 10.847/2010, que institui o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil do Município de Porto Alegre, estabelece as diretrizes, os critérios e os procedimentos para a gestão dos Resíduos da Construção Civil (RCCs) e dá outras providências;
* Lei Estadual No 12.995/2008 que dispõe sobre o acesso a informações sobre o meio ambiente e dá outras providências;
* Lei No 11.337/2006, que determina a obrigatoriedade das edificações possuírem sistemas de aterramento e instalações elétricas adequadas;
* Decreto No 5.296/2004, que dispões sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida;
* Lei Estadual No 11.521/2000, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências;
* Lei Complementar Nº 434/99, que institui o Plano Diretor de Porto Alegre;
* Lei Estadual No 10.099/1994, que dispõe sobre os resíduos sólidos provenientes de serviços de saúde e dá outras providências;
* Lei Estadual No 9.921/1993, que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos;
* Lei Estadual No 9.519/1992, que institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências;
* Lei Complementar No 284/1992, que institui o Código de Edificações de Porto Alegre;
* Lei No 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
* Resolução CONAMA Nº 307/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
* NBR No 9.050/2004, referente à acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
* NBR No 6.492/1944, referente à representação de projetos de arquitetura;
* NBR No 14.931/2004, procedimentos para execução de estruturas de concreto;
* NBR No 7.200/1998, sobre os procedimentos para execução de paredes e tetos de argamassas inorgânicas;
* NBR No 6.118/2007, procedimentos para projetos de estruturas de concreto;
* NBR No 6.122/1996, procedimentos para projetos e execução de fundações;
* NBR No 5.626/1998, procedimentos para instalação predial de água fria;
* NBR No 5.410/2004, procedimentos para instalação elétrica de baixa tensão;
* NBR No 8.160/1999, procedimentos para projetos e execução de sistemas prediais de esgoto sanitário;
* NBR No 7.678/1983, procedimentos de segurança na execução de obras e serviços de construção; e
* NBR No 8.545/1984, procedimentos para execução de alvenaria em função estrutural de tijolos e blocos cerâmicos.

1. **IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS**

**V.1. Classificação da Operação e Atendimento da OP-703**

* 1. A operação contempla a construção, ampliação e reforma de infraestrutura básica (Centros do POD, sede da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPASs no Rio Grande do Sul (FADERS), Bases Comunitárias da Polícia Militar, Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) e Instituto Padre Cacique de Porto Alegre) e, devido à pequena escala das edificações, além da sua localização eminentemente urbana, em áreas já bastante antropizadas, pode-se considerar que os impactos socioambientais potenciais são de pequena intensidade, localizados, de curto prazo, restritos à fase de obras e típicos da construção civil de pequenas dimensões e, portanto, de fácil controle e mitigação por meio de procedimentos de obras específicos.
  2. De acordo com a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID (OP-703) a Operação foi classificada na Categoria “B”. A análise do cumprimento das diretrizes e salvaguardas da OP-703 é apresentado no Quadro No 1.

**V.2. Política de Riscos e Desastres Naturais** – **OP-704**

* 1. São identificados como desastres naturais pela OP-704 os terremotos, maremotos, furacões, erupções vulcânicas, inundações, secas, epidemias, incêndios florestais e erosão e deslizamentos, bem como uma combinação entre eles, além dos acidentes que afetam negativamente a produção econômica e o meio ambiente, como explosões, derramamento de produtos químicos etc.
  2. O Brasil não é um país com desastres de grande magnitude, uma vez que as atividades tectônicas e vulcânicas são limitadas ou nulas. Os desastres naturais estão restritos aos deslizamentos de terra e as inundações decorrentes das chuvas torrenciais, com consequências significativas para a população e as estruturas localizadas nas zonas de risco. Tais zonas de risco normalmente coincidem com os bolsões de pobreza, pois a população urbana marginalizada se concentra nas áreas remanescentes disponíveis.
  3. Nenhum projeto do Programa, entretanto, deverá ser implantado em área considerada de risco.

**V.3. Política de Igualdade de Gêneros** – **OP-270**

* 1. O Programa apresenta um incontestável benefício às mulheres, pelo cumprimento do seu próprio objetivo de contribuir para a redução dos índices de crimes violentos envolvendo adolescentes e jovens da faixa etária de 15 a 24 anos. Além disso, o cumprimento da Política de Igualdade de Gêneros (OP-270) durante a implantação e operação da infraestrutura do Programa, será garantida pela continuidade das medidas que o Governo de Estado já vem adotando visando o fomento da participação das mulheres nos processos de contratação e treinamento.

**Quadro No 1**: Cumprimento das diretrizes de salvaguardas da OP-703

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIRETRIZ DA OP-703** | **DESENCADEADA**  **COM O PROGRAMA** | **MEDIDAS/SALVAGUARDAS** |
| **B1**- A operação deve cumprir com as Políticas do Banco. | * Recomendação de Critérios de Elegibilidade Ambiental com procedimentos de controle ambiental de obras, que deverão ser incluídos no Regulamento Operacional do Programa (ROP) (ANEXO IV). | * A SJDH, deverá incorporar nos contratos de obras os procedimentos de controle ambiental de projetos e obras, que serão exigidos para a liberação dos recursos. Estes procedimentos dizem respeito ao atendimento da legislação ambiental e trabalhista pertinentes como, por exemplo, para a supressão de vegetação, disposição de resíduos de obra e saúde e segurança do trabalhador. * Critérios de Elegibilidade Ambiental (CEA). |
| **B.2**- Cumprimento da legislação ambiental. | * Reuniões com representantes da SJDH sobre o atendimento da legislação. | * A SJDH deverá exigir o cumprimento da legislação que envolve o controle socioambiental de obra civis, sobretudo no que diz respeito aos planos diretores municipais, à eventual supressão da vegetação, à disposição de resíduos e à saúde e segurança do trabalhador. |
| **B.3**- Classificação da Operação de acordo com os seus impactos ambientais potenciais. | * Operação classificada na Categoria B. | * Nesta categoria, devido ao reduzido porte das obras, serão exigidos apenas o cumprimento do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e dos CEAs incluídos no ROP, que contém medidas para controlar e evitar impactos socioambientais. |
| **B.4**- Outros fatores de risco. | * Análise dos riscos ambientais decorrentes das obras, da capacidade de gestão ambiental do prestatário, dos riscos sociais e vulnerabilidade a danos ambientais. | * Os impactos socioambientais potenciais significativos associados aos projetos do Programa são considerados de pequena magnitude, localizados e basicamente restritos à fase de construção, podendo ser controlados e mitigados com procedimentos de qualidade e controle ambiental das obras. * No que se refere à gestão ambiental das obras do Programa, deverá ser assegurada a inserção de medidas e cuidados ambientais nos projetos básicos e executivos. Essas medidas, juntamente com seus custos, normas e especificações, deverão ser incluídas no orçamento dos projetos e, na sequência, nos editais de licitação das obras. |
| **B.5**- Requisitos da avaliação ambiental. | * Elaboração do PGAS, de Procedimentos de Controle Ambiental de Obras (PCAO) e dos CEAs. | * O Banco recomendou o PGAS e os procedimentos de controle ambiental das obras, incorporados aos Critérios de Elegibilidade Ambiental do Regulamento Operacional do Programa; * Das Empreiteiras será exigida, por meio de cláusula contratual, a elaboração do Plano de Controle Ambiental de Obras (PCAO). |

**Quadro No 1**: Cumprimento das diretrizes de salvaguardas da OP-703 (Continuação)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIRETRIZ DA OP-703** | **DESENCADEADA**  **COM O PROGRAMA** | **MEDIDAS/SALVAGUARDAS** |
| **B.6**- Consultas com as partes afetadas. | * Sendo projeto classificado na Categoria B, tornam-se necessárias consultas com as comunidades direta e indiretamente afetadas. | * As obras do Programa estão em conformidade com as políticas públicas e com os planos e programas setoriais do Governo do Estado que as concretizam. As obras são discutidos com a comunidade e são de conhecimento público. |
| **B.7**- Supervisão e cumprimento. | * Discussão sobre o sistema de gestão ambiental a ser adotado no Programa, incluindo cláusulas contratuais com exigências ambientais. | * Tanto o PGAS como os CEAs e o PCAO deverão ser os documentos de gestão ambiental do Programa. * As exigências ambientais dos projetos serão tratadas com o mesmo rigor técnico e gerencial das exigências de engenharia. Desta forma, as atividades relativas ao controle ambiental deverão ser parte integrante da mesma planilha de custos e cronograma físico do projeto, além de motivo de apontamento no diário de obra, no caso de irregularidade, e objetos de medição e pagamento. |
| **B.11** – Prevenção e redução da contaminação. | * Análise dos projetos dos projetos do Programa e discussão sobre os resíduos sólidos e o tratamento de efluentes. | * A SJDH e Secretaria de Segurança Pública (SSP) deverão incluir no memorial descritivo das obras e no PCAO os procedimentos de controle ambiental de projetos e obras, que são exigidos para a liberação dos recursos. * Os memoriais descritivos da obras deverão incluir exigências relativas à coleta e tratamento de efluentes. * Os efluentes domésticos serão lançados da rede pública. * CEA |
| **B.17** – Aquisições | * Análise dos processos de aquisições de bens e serviços fiscalizados pela SJDH. * Análise do Memorial descritivo de Obras da SJDH e SSP. | * A aquisição de bens e serviços de maneira ambiental e socialmente sustentáveis, consistente com os princípios de economia e eficiência. * Inclusão de exigências específicas nos editais de licitação. |

**Obs.:** As demais Políticas e Diretrizes de Salvaguarda da OP-703 não se aplicam.

**V.4. Riscos de Impactos e Medidas de Controle**

*Impactos Ambientais Potenciais*

* 1. Com relação aos impactos ambientais negativos, a expectativa é de que a implantação dos projetos do Programa, como normalmente ocorre com edificações em áreas urbanas, cause apenas impactos ambientais localizados, de curto prazo e baixa intensidade, associados exclusivamente à fase de construção. Desta forma, os impactos mais prováveis são: i) remoção da vegetação (basicamente arbustiva e rasteira); ii) pequenos focos de erosão e assoreamento localizados; iii) produção de resíduos de construção; iii) produção de efluentes domésticos; iv) geração de ruídos e poeira; v) contaminação do solo com derramamentos de óleos e graxas, tintas, solventes e combustíveis; vi) alteração na circulação local e aumento do movimento de veículos e pedestres; vii) impacto sobre a saúde e segurança dos empregados das obras; e viii) no caso específico das obras do CASE, há que se considerar o impacto causado pelo aumento das expectativas e resistências da comunidade local, sobretudo na fase de planejamento, com relação à construção das unidades destinadas a internação de adolescentes e jovens infratores.
  2. Não se prevê impactos ambientais significativos na fase de operação das unidades, além da geração de resíduos que, em parte, poderão ser coletados por meio do Programa de Resíduos Recicláveis do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. No que se refere aos efluentes domésticos, todas as unidades deverão lançar seus afluentes na rede pública de esgoto sanitário.
  3. Os impactos ambientais dos empreendimentos já vem sendo identificados durante a elaboração dos projetos e poderão ser controlados por meio de procedimentos e técnicas de controle ambiental de obras e boas práticas e padrões de construção, contidas no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). Os Critérios de Elegibilidade Ambiental (CEAs) apresentados no final deste documento (ANEXO IV), bem como o Plano de Controle Ambiental das Obras (PCAO) que será exigido das Empreiteiras de obra, também contribuirão para a qualidade ambiental das obras do Programa.
  4. Os impactos sociais positivos esperados com a implantação do Programa dizem respeito ao seu próprio objetivo, uma vez que os beneficiários diretos serão as comunidades dos territórios onde a violência tem aumentado significativamente, em decorrência da carência de serviços públicos. Especificamente, o Programa está dirigido aos adolescentes e jovens que apresentam os maiores índices de vulnerabilidade à violência e que são mais afetados pelos seus efeitos, quer como vítimas, quer como praticantes.
  5. O Programa promoverá uma maior presença dos governos nos territórios mais afetados pela violência, focando a ação do poder público nas causas da violência, promovendo desta maneira um investimento inteligente, tanto no âmbito preventivo como no de controle, articulando ações entre as diversas esferas governamentais, o setor privado e a sociedade civil.
  6. Não estão previstos reassentamentos associados ao Programa, uma vez que as Unidades serão construídas em áreas urbanas desocupadas, pertencentes ao Estado ou municípios. Porém, se se identificasse a necessidade de reassentamento de população e/ou atividades econômicas, este seguirá as diretrizes da OP-710.
  7. O programa também não promoverá impactos às comunidades indígenas uma vez que as obras serão implantadas em terrenos urbanos dos municípios contemplados.
  8. Durante a fase de operação das unidades, os impactos sociais deverão se limitar a eventuais mudanças no uso de propriedades do entorno, que poderão passar de residenciais a comerciais para prover os usuários de pequenos serviços, além do aumento de movimento no local.

*Gestão de Riscos e Desastres*

* 1. As unidades do Programa são edificações que podem ser caracterizados como do Tipo 1, de acordo com os procedimentos operacionais da Política de Manejo de Risco de Desastre do BID[[7]](#footnote-7), uma vez que poderão estar expostas a desastres naturais decorrentes da sua localização, com destaque aos vendavais e às enchentes. Estes riscos entretanto, são evitados ou reduzidos com a localização adequada das obras e técnicas construtivas adequadas explicitadas nos memoriais descritivos das obras.

*Critérios de Elegibilidade*

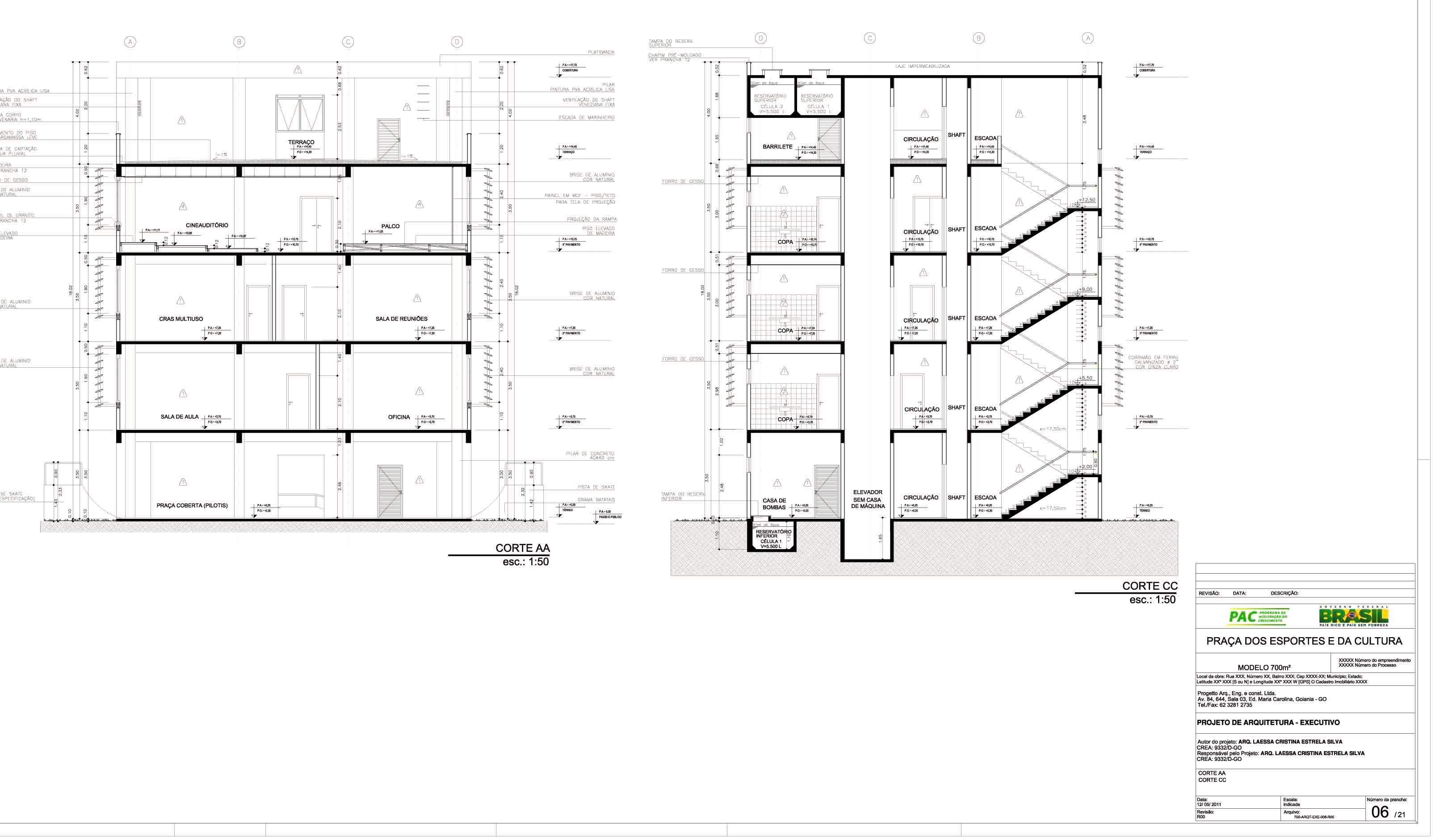
* 1. Os critérios de elegibilidade socioambientais, que deverão ser incluídos no Regulamento Operacional do Programa (ROP) encontram-se no ANEXO IV.

*Medidas de Mitigação de Impactos, Gestão Socioambiental e Cláusulas Ambientais*

* 1. A execução do Programa envolve a participação de duas Secretarias de Estado, a SJDH e a SSP e cada uma terá a cargo a implementação de seu respectivo componente. Assim, a SJDH será responsável pelos Componentes 1, 3 e 4 e a SSP pelo Componente 2. Para facilitar a execução administrativa e financeira do Programa a SJDH criará um Escritório de Projetos (EP) que, apoiado na estrutura administrativa e financeira interna da Secretaria, será responsável pela coordenação e execução do Programa, incluindo a coordenação com o BID. Por sua vez, a SSP realizará todos os processos vinculados à seleção e avaliação das propostas para as obras, bens, serviços de consultoria e capacitação, previstas em seu Componente. Para efeito de coordenação com a SJDH a SSP nomearão um Coordenador Geral. Também, está previsto que cada produto a ser desenvolvido no marco dos quatro Componentes do Programa tenha um Gerente de Projetos, responsável pelo acompanhamento e execução das atividades vinculadas e pela coordenação com as respectivas áreas técnicas envolvidas.
  2. Para o acompanhamento das obras, bem como para a sua gestão socioambiental, o EP deverá contar com o apoio de engenheiros e arquitetos da SFDH e SSP que atualmente já trabalham no desenvolvimento e implantação dos projetos dos Centros POD Juventude, das Bases Comunitárias, dos CASEs e das reformas dos FADERS e Instituto Padre Cacique de Porto Alegre.
  3. Para a mitigação dos impactos socioambientais das obras o Programa conta com o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), que contempla os seguintes programas: i) Programa de Comunicação Social; ii) Programa de Gerenciamento Ambiental das Obras; iii) Programa de Controle Ambiental das Obras; iv) Programa de Demolição; v) Programa de Capacitação Ambiental da Mão de Obra Contratada; e vi) Programa de Segurança do Trabalhador e Saúde Ocupacional durante a Construção. Estes programas, com exceção ao de comunicação social, contemplam, basicamente, as exigências da legislação ambiental e trabalhista, específicas para a construção civil.
  4. Os contratos de execução das obras deverão incluir a obrigatoriedade das empreiteiras cumprirem com todas as medidas ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalhador previstas na legislação e nas exigências do ROP (ANEXO IV). Tal obrigatoriedade deverá ser explicitada por meio de mecanismos de medição e pagamento das atividades relacionadas a qualidade e ao controle socioambiental.
  5. Além da elaboração do Plano de Controle Ambiental da Obra (PCAO)[[8]](#footnote-8), a empreiteira da obra deverá Implementar um sistema de gestão ambiental, de saúde e segurança, social e laboral consistente com a norma ISO 14001 e OHSAS 18001 e fornecer recursos adequados para sua implementação.
  6. Todas as atividades socioambientais previstas deverão ser incluídas na mesma planilha de custos da atividades de engenharia e obra.

**ANEXO I**

**Projeto Executivo da Praça dos Esportes e da Cultura do PAC (Centros do POD Juventude do BR-L1343)**



**ANEXO II**

**Maquete Eletrônica e Planta da Base Comunitária**

|  |  |
| --- | --- |
| Macintosh HD:FERNANDO:BID:BH/CURITIBA/POA:POA:LFG:base a.jpg | Macintosh HD:FERNANDO:BID:BH/CURITIBA/POA:POA:LFG:base 2.jpg |

**ANEXO III**

**Projeto do Centro de Atendimento Socioeducativo Porto Alegre III**



**ANEXO IV**

**REGULAMENTO OPERACIONAL DO PROGRAMA (ROP)**

**CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE SOCIOAMBIENTAIS**

1. **Gestão Ambiental**
   1. A gestão ambiental das obras deverá contemplar, basicamente, os procedimentos ambientais operacionais fundamentais para o controle ambiental e a mitigação dos impactos dos projetos do Programa. As medidas de controle ambiental e mitigação, apresentadas no Critério de Elegibilidade Ambiental (CEA), no Plano de Controle Ambiental e Social (PGAS) e no Plano de Controle Ambiental de Obra (PCAO) deverão atuar como efetivos procedimentos ambientais operacionais no Programa, considerando os seguintes aspectos:
2. inserção da variável ambiental no “ciclo de vida” dos projetos do Programa considerando, inclusive, o uso de “tecnologia verde”, tais como: a instalação, quando possível, de painéis solares para geração de energia e aquecimento de água; torneiras temporizadoras para reduzir o consumo de água; edificações que permitam o maior aproveitamento da luz solar; edificações projetadas para obtenção de maior conforte térmico; etc.
3. cumprimento das exigências da legislação ambiental, de obras e trabalhista aplicáveis aos projetos do Programa; e
4. gestão ambiental na estrutura do Escritório de Projetos (EP).

A.1. *Atividades e Responsabilidades*

* 1. O EP deverá atuar com o objetivo de prevenir, mitigar e compensar os impactos adversos ou negativos e potencializar os positivos ou benéficos, ao cumprir de maneira efetiva as seguintes funções:
* acompanhar todas as fases dos projetos básico e executivo, identificando, qualificando e quantificando as ações geradoras dos impactos e suas alternativas, tendo em vista a escolha daquela ambientalmente mais adequada;
* comprovar a documentação necessária ao licenciamento de atividades específicas;
* elaborar as exigências ambientais a serem cumpridas pelo Executor e Empreiteiras de obras, bem como supervisionar a execução das mesmas, avaliando os seus efeitos durante e após a realização das obras;
* exigir e aprovar a elaboração do PCAO pelas Empreiteiras de obras; e
* monitorar e avaliar as ações previstas, por meio da aferição de um conjunto de indicadores previamente definidos.
  1. O EP deverá tratar as exigências ambientais dos projetos com o mesmo rigor técnico e gerencial das de engenharia. Desta forma, as atividades ambientais deverão ser parte integrante da mesma planilha de custos e cronograma físico do projeto, motivo de apontamento na caderneta de ocorrência (diário de obra), no caso de irregularidade, e objeto de medição e pagamento.
  2. Para a gestão do Programa o EP deverá contar com o auxílio de arquitetos e engenheiros da SJDH e SSP, atualmente responsáveis pelo apoio e acompanhamento dos projetos dos Centros do POD Juventude, FADERS, Bases Comunitárias e CASEs. Este corpo técnico, no que se refere à qualidade ambiental das obras, deverá:
* dar apoio técnico no planejamento inicial das ações de controle ambiental previstas para os projetos;
* preparar os critérios de elegibilidade ambiental a serem incluídos nos editais de licitação das obras;
* decidir sobre as ações e os procedimentos de obras, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais negativos ou riscos de desastres;
* visitar periodicamente as obras, para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões socioambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade recomendados, e de acordo com as condicionantes das autorizações e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego; e
* recomendar ao EP penalidades às empreiteiras de obras, no caso de não atendimento dos requisitos de controle ambiental das obras, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões de planejamento de obras;

A.2. *Critérios de Elegibilidade Ambiental e de Riscos de Desastres*

* 1. Os Critérios de Elegibilidade Ambiental do Programa (CEAs) são condições de caráter ambiental estabelecidas pelo BID, baseadas nos seus critérios e normas, que as obras do Programa devem cumprir para serem financiadas pelo Programa. O seu cumprimento é peça fundamental para o sucesso dos procedimentos propostos para a inserção da variável ambiental no “ciclo de vida” das obras do Programa.
  2. Os CEAs não atuarão em prejuízo de outros requisitos mais rigorosos que poderão ser exigidos pelos órgãos ambientais municipal e estadual. A exigência de atendimento destes critérios deve estar incluída nas cláusulas dos contratos de obras.
  3. A seguir são apresentados os principais critérios válidos para todas as obras do Programa;
* os projetos deverão estar em conformidade com os preceitos de desenvolvimento sustentável, sem deixar de lado os Planos Diretores Municipais e as normas, leis, decretos, e resoluções federais, estaduais e municipais aplicáveis, assim como as normas técnicas específicas (p. ex., as Normas Brasileiras Registradas – NBR, Normalização e Qualidade Industrial etc.), e o Decreto No 5.296/2004, que dispõem sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida;
* os projetos deverão atender a Políticas Setoriais do BID, com destaque a: i) Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas – OP-703); ii) Política sobre Disponibilidade de Informação – OP-102; iii) Política de Igualdade de Gêneros – OP-270); e iv) Política de Riscos e Desastres Naturais – OP-704;
* os projetos deverão identificar as possíveis interferências e as necessárias articulações (temporais e espaciais) com outros empreendimentos e políticas públicas passíveis de influenciar a sua sustentabilidade;
* os projetos deverão assegurar:
  + que as preocupações e sugestões das comunidades diretamente afetadas ou beneficiadas pelo projeto sejam consideradas;
  + as articulações interinstitucionais identificadas como fundamentais à sua sustentabilidade;
  + a divulgação à população das intervenções previstas;
  + a redução das interferências na circulação de veículos durante a execução das obras e a elaboração de plano específico;
  + a sua efetiva gestão, com o estabelecimento de arranjos institucionais, garantias de manutenção e conservação, capacitação de pessoal, controle ambiental etc.
* as obras deverão comprovar os seus licenciamentos junto aos órgãos estadual e municipais ou a sua isenção de licenciamento;
* os impactos ambientais negativos identificados para cada atividade deverão ter sua eliminação ou mitigação incluída no orçamento do Projeto Executivo e nos Editais de Licitação das obras;
  1. O Executor também deve assegurar que em seu processo de supervisão de obras, bem como no do Banco[[9]](#footnote-9), seja comprovado que:
* As obras do Programa estejam localizados em área não sujeita a erosão e deslizamentos de encostas, inundações ou qualquer outro fenômeno que possa se constituir em risco de acidente natural;
* os projetos arquitetônicos contemplam os seguintes aspectos:
  + inclusão de estruturas de acessibilidade de deficientes;
  + consideração das características climáticas regionais para o desenvolvimento de projetos com eficiência energética e conforto térmico;
  + uso de equipamentos para economia de energia e água;
  + identificação visual interna e externa de fácil entendimento; e
  + o licenciamento das obras, incluindo as licenças e autorizações ambientais, de construção e sanitárias foi realizado ou se encontra em andamento.

A.3. *Diretrizes para o Controle Ambiental das Obras*

* 1. As diretrizes apresentadas a seguir também são necessárias para o gerenciamento ambiental das obras do Programa e a elaboração, pelas empreiteiras das obras, do Plano de Controle Ambiental das Obras – PCAO. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos específicos e estas diretrizes. Em caso de divergência entre diretrizes, projetos ou casos omissos, o EP deverá ser consultado. Consequentemente, nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem o seu consentimento. Deverão ser aplicadas tanto para as novas construções como para as reformas.
  2. A elaboração do PCAO, a cargo das empreiteiras de obras, deverá ser apresentado ao EP para análise, parecer e aprovação 10 dias antes do início das obras. Nesse documento, deverão estar detalhadas todas as práticas, os recursos e a sequência de atividades relativas a execução, ao controle e a garantia da qualidade ambiental das obras. Esse Plano constitui-se no estudo minucioso da obra, caracteriza-se como um plano de execução e inclui a alocação de recursos humanos, materiais e equipamentos para o atendimento das diretrizes e metas estabelecidas no cronograma da obra. Deverão, ainda, ficar claramente definidos os tipos, as qualidades e a disponibilidade dos equipamentos a serem utilizados, bem como a descrição, quantidade e disponibilidade da equipe técnica. Além do detalhamento de todas as instalações e dos recursos a serem mobilizados no canteiro de obras, assim como as disponibilizadas em outras instalações da empreiteira – indicando os responsáveis por cada tipo de serviço que estão relacionados diretamente com as obras ou fazem parte da administração – serão explicitados os meios e processos de controle da obra, dentro das normas técnicas vigentes, para verificar a conformidade dos resultados intermediários e finais que afetam diretamente a qualidade ambiental final da obra.

**Supervisão Ambiental**

* 1. As supervisões periódicas das obras, realizadas pelos arquitetos e engenheiros da SJDH e SSP, deverão contemplar também os aspectos ambientais visando o cumprimento dos seguintes objetivos:
* avaliar como as Diretrizes para o Controle Ambiental das Obras estão sendo observadas;
* avaliar como os componentes de gerenciamento ambiental estão sendo implementados; e
* indicar as medidas necessárias para aprimorar a qualidade ambiental do empreendimento e propor aperfeiçoamentos ao gerenciamento ambiental.
  1. Além disso, os resultados dessa supervisão deverão contribuir para:
* implementar e aprimorar a qualidade das obras durante a sua execução;
* destacar as áreas onde a capacidade da empreiteira em implementar o gerenciamento ambiental e executar as medidas de mitigação de impactos e controle ambiental, devem ser fortalecidas; e
* contribuir para a elaboração de projetos e implantação de obras melhor sucedidos e com custos ambientais corretamente avaliados, nos futuros empreendimentos.

**Controle Ambiental das Obras**

* 1. Para o controle ambiental das obras é fundamental o detalhamento das instalações e dos recursos mobilizados nos canteiros de obras.
  2. Os meios e processos de controle da obra devem ser explicitados dentro das normas técnicas vigentes para a verificação da conformidade dos resultados intermediários e finais, que afetam diretamente a sua qualidade ambiental.
  3. Os órgãos competentes devem ser consultados quando a obra ou os serviços implicarem em remanejamento, colocação ou retirada de redes ou equipamentos da municipalidade, poda ou transplante de árvores etc.
  4. Os equipamentos e materiais armazenados nos canteiros de obras, em volume compatível com o local, devem ser protegidos por tapumes contínuos, a fim de evitar que se espalhem, tomando-se, ainda, cuidado para que o acesso a esses equipamentos e materiais não seja dificultado.
  5. Todo o material de construção deve ser certificado e, no caso da utilização de areia, pedras e demais materiais provenientes de jazidas comerciais, estas devem estar devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais.
  6. As áreas atingidas pelas obras ou serviços devem ser mantidas sempre limpas, com a remoção dos resíduos de construção por meio de varrição e lavagem adequadas.
  7. Quanto à carga e descarga, devem ser empregados métodos e equipamentos adequados, observando os horários e os locais adequados para o depósito de materiais.
  8. No que se refere à circulação de pedestres, a área deve ser mantida livre, utilizando placas contínuas e sinalização específica de advertência sobre riscos de acidentes;
  9. A execução das obras e serviços no período noturno deve ser programada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, observados os horários fixados pela legislação, sendo empregados equipamentos e sinalização noturna apropriados, inclusive quanto ao nível de ruídos.

*Cuidados Específicos*

* 1. Os projetos devem contemplar alguns cuidados específicos necessários à qualidade ambiental durante as obras, à segurança dos usuários e da população em geral, ao acesso às obras e áreas de influência (sinalização, travessia de pedestres, trajetos, horários etc.), e ao transporte de materiais.
  2. A estocagem de material nas obras deve ocorrer de forma ordenada, para não comprometer a segurança e o trânsito de veículos e pedestres, evitar erosão e consequente assoreamento dos sistemas de drenagem pluvial das vias públicas e reduzir a emissão de poeira. Ocorrendo escavações, se o material não for reaproveitado nas próprias obras, o ideal é que o mesmo seja depositado diretamente no veículo de transporte, evitando a estocagem provisória nas obras.

*Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil*

* 1. Materiais e resíduos de diversos tipos poderão ser gerados durante a implantação das obras, com destaque aos solos (solo argiloso, areia, solos orgânicos) decorrentes da regularização do terreno e da construção dos alicerces, às placas de pisos e pavimento decorrentes do antigo uso do terreno e aos resíduos de obras em geral (entulho de obras).
  2. A Resolução CONAMA307/2002 classifica em seu Artigo 3o os resíduos da construção civil conforme segue:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos(tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

IV - Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

* 1. No seu Artigo 4o, a referida Resolução também estabelece que os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final. Este Artigo é complementado com dois parágrafos:

§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d`água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei, obedecidos os prazos definidos no art. 13 desta Resolução. e

§ 2º Os resíduos deverão ser destinados de acordo com o disposto no art. 10 desta Resolução.

*Supressão de Vegetação*

* 1. A supressão de vegetação normalmente é regulamentada por leis municipais. Em Porto Alegre, por exemplo, é regulamentada pelo Decreto Nº 15.418, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os procedimentos para supressão, transplante ou podas de espécimes vegetais e dá outras providências.

*Implantação e Recuperação do Canteiro de Obra*

* 1. A implantação de canteiro de obra, mesmo sendo de pequenas dimensões, como é o caso dos projetos do Programa, deve ser prevista no Projeto Básico ou Executivo, limitando-se à indicação de áreas disponíveis e aos procedimentos para a sua implantação, controle e recuperação, conforme apresentado a seguir.
  2. Os canteiros de obra normalmente são compostos pelos seguintes elementos: edificações para administração e serviços; almoxarifado; refeitório; carpintaria; vestiários, sanitários, guarita e estacionamento.
  3. A implantação do canteiro deve ser planejada considerando a necessidade da sua recuperação futura, após a conclusão da obra. Desta forma, para que a área do canteiro possa ser recuperada procedimentos de controle ambiental tornam-se necessários.
  4. No canteiro, todos os pontos de despejo da vazão de canaletas e drenos no terreno, mesmo que provisórios, devem receber proteção contra a erosão, mediante disposição de brita, grama ou caixas de dissipação de energia. Nos casos em que possa haver transporte de sedimentos, devem ser previstas caixas de deposição de sólidos, objeto de manutenção periódica. Em caso de declividade acentuada, as canaletas devem ser construídas na forma de escadas, com caixas de dissipação intermediárias se necessárias. Em nenhuma hipótese devem ser interligados os sistemas de drenagem de águas pluviais e sistemas de esgotamento sanitário, que devem estar contemplados por sistemas próprios. Devem ser evitadas as plataformas planas, que facilitam o empoçamento, garantindo-se declividade mínima de 1% a 2% em qualquer local do canteiro.
  5. Qualquer remoção de vegetação arbórea para a implantação do canteiro de obras deve ser evitada. Caso venha a ser necessária para a execução das obras deverá ser previamente discutido e autorizado pelo EP e, posteriormente, submetido à outorga da autorização de supressão de vegetação pelo órgão ambiental competente.
  6. Para garantir um abastecimento de água adequado, deve-se tomar cuidados especiais contra a contaminação. Quando destinada ao abastecimento, deve ser utilizada a água da rede pública. Todo o sistema de abastecimento deve estar protegido contra contaminação, especialmente a caixa d'água, pela escolha adequada de sua instalação e localização.
  7. No canteiro de obras deve ser previsto o lançamento dos efluentes domésticos na rede pública de esgoto. Não é permitido o uso de valas a céu aberto ou o lançamento no sistema de drenagem pluvial.
  8. A coleta, o transporte e a disposição final de lixo devem ser realizados de forma e em locais adequados. Todo o lixo doméstico produzido no canteiro e demais locais das obras devem ser recolhido com frequência, de forma a não produzir odores ou proliferação de insetos e roedores.
  9. Concluída a obra, no caso do canteiro ter sido implantado em terreno natural, em área não pavimentada ou edificada, a recuperação da área deve contemplar a retirada dos pisos, o reafeiçoamento do terreno, a recuperação da camada superficial do solo, a Implantação do sistema de drenagem, a correção e fertilização do solo e a implantação do paisagismo.

*Controle de Ruídos*

* 1. As obras poderão gerar alteração do nível de ruído, com destaque aos relacionados à preparação do terreno, corte de árvores, demolições, rompimento da pavimentação, implantação do canteiro de obras, movimentação de terra, trânsito de caminhões, recebimento de materiais, transporte de pessoal, concretagens etc.
  2. O ruído e as vibrações decorrentes das obras podem ser controlados e minimizados, em função das características do projeto e dos métodos construção e intervenção.
  3. Recomenda-se uma campanha para a medição do ruído nos locais de intervenção, quer para a obtenção de subsídios para o Projeto Básico, quer para a obtenção de parâmetros que poderão ser utilizados durante a fase de obras para a comparação de níveis de ruído, antes do início das obras. Devem ser consideradas as características de uso dos locais de intervenção, os principais equipamentos previstos nas obras e suas características de emissão de ruído, com o objetivo de garantir o necessário atendimento à legislação (CONAMA Nº 001/90 e Norma ABNT NBR 10.151).
  4. Conforme o resultado da avaliação preliminar, deverão ser previstas medidas para minimização e controle dos níveis de ruído esperados, tais como restrições de horários, colocação de tapumes etc.

1. **Consultas Públicas**
   1. Deverão ser realizadas consultas públicas para a apresentação do PGAS com os atores potencialmente afetados e beneficiados pelas obras do Programa, com o objetivo de esclarecer e informar a comunidade sobre as questões socioambientais decorrentes da implantação das obras de infraestrutura, sobretudo no que se refere aos incômodos causados (poeira, ruídos, resíduos, aumento do trânsito de veículos, eventuais alterações nas vias de acesso etc.). Estas consultas serão coordenadas pelo EP e contarão com os membros das comunidades dos locais das obras.

1. A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE-RS) é o órgão responsável pela execução das medidas sócio-educativas de internação e de semiliberdade, aplicadas judicialmente aos adolescentes que cometem ato infracional. Foi criada a partir da da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002, em substituição à Lei nº 5.747 de 17 de janeiro de 1969. [↑](#footnote-ref-1)
2. PPD - Pessoas Portadoras de Deficiência, PPAS - Pessoas Portadoras de Altas Habilidades. [↑](#footnote-ref-2)
3. Em processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). [↑](#footnote-ref-3)
4. http://pracas.cultura.gov.br/modelo1.html [↑](#footnote-ref-4)
5. Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997. [↑](#footnote-ref-5)
6. As obras do Programa não se enquadram entre os empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, quer pela Resolução CONAMA 237/1997, quer pela Lei Estadual No 7389/2010. [↑](#footnote-ref-6)
7. Disaster Risk Management Policy Guidelines, March 2008. IDB [↑](#footnote-ref-7)
8. O PCAO é uma obrigação contratual da empreiteira de obra e deve ser apresentado para a aprovação do EP, antes do início da obra. [↑](#footnote-ref-8)
9. Para verificar a gestão socioambiental dos projetos o Banco deverá realizar visitas de supervisão ambiental periódicas, nos locais de implantação das obras. [↑](#footnote-ref-9)